

**PROCESSO** - A. I. Nº 233099.2010/13-8  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - TRATORMASTER TRATORES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 5ª JJF nº 0156-05/14  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 10.12.2014

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0367-12/14

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO FISCAL. **a)** ANTECIPAÇÃO PARCIAL. IMPOSTO LANÇADO EM VALOR SUPERIOR AO QUE FOI PAGO. Comprovada a inexistência de descumprimento da obrigação principal. Infração 1 improcedente. **b)** ESTORNO DE DÉBITO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. Ao emitir novamente as notas fiscais de saídas, com destaque de imposto, e efetuar o lançamento a débito na escrituração, o impugnante tem direito ao estorno de débito referente às notas fiscais, visto que o imposto destas mesmas operações foi pago em separado, com os devidos acréscimos moratórios, referente às notas emitidas sem o destaque de ICMS no mês de fevereiro, pelas mesmas mercadorias, conforme confronto com os números de série das máquinas. Infração 2 improcedente. **c)** UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO SEM O CORRESPONDENTE DOCUMENTO PROBATÓRIO. Visto neste caso, não ficar evidenciado a ausência de dolo, nem de prejuízos ao erário nos meses subsequentes, converto esta infração, nos termos do artigo 157 do RPAF/99, em multa por descumprimento de obrigação acessória. Infração 3 parcialmente subsistente. No momento em que se iniciou o procedimento de fiscalização já não mais havia a utilização indevida de crédito fiscal, anulada que foi pelo recolhimento a maior do ICMS devido, sendo insubsistente a multa de 60% aplicada pelo órgão julgador. Entretanto, o recorrido reconheceu e quitou o débito remanescente na Decisão recorrida, não podendo, assim, ser apreciado o presente Recurso no que tange à terceira imputação. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso de Ofício interposto contra a Decisão da 5ª Junta de Julgamento Fiscal que concluiu pela procedência em parte do presente Auto de Infração, por meio do qual foram atribuídos ao sujeito passivo três ilícitos tributários, todos objeto do presente Recurso como a seguir descrito:

INFRAÇÃO 1 – utilizou a maior crédito fiscal referente ao ICMS pago por antecipação parcial, nas operações de entradas de mercadorias para comercialização oriundas de outras unidades da Federação, sendo lançado o valor de R\$198.157,71, acrescido da multa de 60%;

INFRAÇÃO 2 – efetuou estorno de débito de ICMS em desacordo com a legislação, sendo lançado

o valor de R\$44.538,88, acrescido da multa de 60%;

INFRAÇÃO 3 – utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, sendo lançado o valor de R\$31.939,62, acrescido da multa de 60%.

A Junta de Julgamento Fiscal dirimiu a lide administrativa com base nos seguintes fundamentos, *in verbis*:

*Tendo o presente Auto de Infração sido lavrado com as formalidades inerentes ao procedimento administrativo de fiscalização, respeitando-se as leis vigentes, não constato vícios de nulidade formal, e sendo exercido o amplo direito à defesa, e cumprido o devido processo legal, passo ao julgamento das 3 infrações em lide, com base nas provas reunidas neste Processo Administrativo Fiscal - PAF.*

*Na infração 1, à fl. 7 do PAF, o autuante atribui em seu demonstrativo de débito, crédito fiscal do imposto pago por antecipação parcial, no valor de R\$224.157,71, contra um valor efetivamente pago e comprovado, na quantia de R\$26.000,00, lançando por conseguinte, o crédito indevido de R\$198.157,71.*

*À fl. 94, o impugnante traz um DAE no valor de R\$197.554,99 com acréscimos moratórios, totalizando R\$206.919,10 pago em março de 2010, porém, referente à antecipação parcial das operações de aquisição de mercadorias em janeiro de 2010. Assim, foi provado que tal imposto, embora pago no mês de março, foi lançado a crédito no mês de fevereiro.*

*Assim, é certo, que não sendo pago o imposto por antecipação tempestivamente, não poderia o impugnante lançar o crédito retroativamente, pois deveria tê-lo lançado no mês correspondente ao efetivo pagamento, março de 2010, e não em fevereiro.*

*O impugnante não contesta tal erro, e sim que, embora confesse que lançou retroativamente o crédito em sua escrituração, não teria se beneficiado disto, por conta de que neste período, fevereiro de 2010, tinha créditos acumulados da ordem de R\$780.657,63, suficientes para se contrapor a um débito de R\$533.630,51, já que, expurgando o valor do crédito que foi lançado retroativamente e glosado pelo autuante, ainda assim, não teria saldo devedor de ICMS a pagar, provando a ausência de danos ao erário, pois, expurgando-se o crédito tido como indevido, ainda teria R\$583.042,70 em créditos tributários, contra um débito de valor inferior, de R\$533.630,51.*

*Conforme doc. de fl. 86, a DMA de 02/2010, aponta valor total de saldo credor, de R\$780.597,17, incluindo-se neste montante, o crédito lançado retroativamente (o autuante em seu demonstrativo, acatou parte desse crédito como pagamento comprovado de R\$26.000,00, daí a diferença do crédito indevido se resumir a R\$198.157,71 e não ao total do crédito lançado retroativamente) e a mesma DMA acusa débito de R\$533.630,51.*

*Assim, é certo que os valores dos créditos daquele mês, ainda que seja expurgado o valor lançado retroativamente, não implicaria em saldo devedor de ICMS no mês de fevereiro. No entanto, devo deixar claro que a legislação tributária não permite o lançamento de imposto decorrente de crédito indevido, sem que haja descumprimento da obrigação principal, pois neste caso, em havendo apenas infração decorrente de descumprimento de obrigação acessória, lança-se apenas multa de 60% sobre o valor do crédito, sem prejuízo da exigência do estorno.*

*Neste caso, fica evidenciado que não houve descumprimento de obrigação principal, por existência comprovada de saldo credor independente do lançamento ou não do crédito retroativo ao mês de fevereiro, e neste caso, deveria o autuante aplicar a multa prevista no art. 42, VII, da Lei nº 7.014/96 - 60% (sessenta por cento) do valor do crédito fiscal, que não importe em descumprimento de obrigação principal, sem prejuízo da exigência do estorno.*

*Assim, considero que houve mesmo infração à legislação do ICMS, sem contudo haver dialeticidade entre a descrição do fato gerador - utilizou a maior crédito fiscal de ICMS referente à antecipação parcial, e o conseqüente lançamento do valor equivalente ao imposto devido, sendo que as provas apresentadas no processo demonstram não haver qualquer prejuízo aos cofres públicos, decorrentes da infração que ficou caracterizada - descumprimento de obrigação acessória, por conta do lançamento retroativo de crédito fiscal, sem que houvesse o pagamento do tributo devido por antecipação parcial no mês correspondente ao lançamento.*

*Nos termos do art. 157 do RPAF, verificada a insubsistência de infração quanto à obrigação principal, porém ficando comprovado o cometimento de infração a obrigação acessória vinculada à imputação, o julgador deverá aplicar a multa cabível, julgando o Auto de Infração parcialmente procedente.*

*O impugnante confessou a prática da infração quanto à obrigação acessória (lançamento de crédito retroativo), mas comprovou a inexistência de descumprimento da obrigação principal, e esta Junta poderia assim, converter nos termos vigentes do supracitado artigo RPAF, em multa correspondente a 60% do valor*

*do crédito indevidamente lançado.*

*No entanto, conforme art. 158 do mesmo Regulamento, as multas por descumprimento de obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelas Juntas de Julgamento Fiscal ou pelas Câmaras do CONSEF, desde que fique provado que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação e que não tenham implicado falta de recolhimento de tributo.*

*Assim, não vislumbro qualquer razoabilidade em se aplicar uma multa que ultrapassa a quantia de cem mil reais, quando não há o menor indício de dolo ou fraude, ou ainda eventual risco de falta de pagamento do ICMS normal nos meses subsequentes, visto que, se o crédito a que faz jus o contribuinte, pode legalmente vir a ser apropriado exatamente no mês subsequente ao lançamento indevido – março/2010 - isto definitivamente impossibilita que o contribuinte venha a se beneficiar pelo não pagamento de qualquer valor devido de ICMS, a partir do mês em que ocorreu o descumprimento da obrigação acessória (fevereiro/2010). Diante do exposto, julgo improcedente a infração 1.*

*Quanto à infração 2, às fls. 82/83 constam cópias das Notas Fiscais nºs 7.934 /7.935 sem incidência do ICMS, e nas fls. 84/85, constam cópias de DAE no valor de R\$23.789,99 incluindo acréscimos moratórios com referência ao pagamento do imposto referente às Notas Fiscais nºs 7.934 e 7.935, de 22/02/2011*

*Nas fls. 133/134, constam cópias das Notas Fiscais de nºs 9.987 e 9.988, emitidas em 07/06/2011, em que no campo de informações, fazem referência à emissão das respectivas Notas Fiscais nºs 7.934 e 7.935, de 22/02/2011 para o mesmo destinatário das notas referidas, a FAPE TERRAPLANAGEM, e com descrição das mesmas mercadorias - retroescavadeira modelo MF 96/4, mas com valores diferentes (respectivamente R\$180.000 e R\$185.574,00); no entanto, constato que o número de série das máquinas são os mesmos, tanto nas notas de saída para demonstração, como nas de saída definitiva.*

*Assim, fica mesmo comprovado que o imposto devido pela saída, sem retorno das citadas máquinas, foi mesmo pago quando da emissão das notas complementares em junho/2010, e também a diferença de preço nas duas operações são plenamente justificáveis, conforme alegou o impugnante, pelo fato do valor de operação de saída para demonstração ser o preço de custo, e o da venda efetiva estar majorado pela agregação do lucro obtido.*

*Assim, justifica a defesa, “que caso procedêssemos como quer a Autoridade Fazendária estaríamos tributando o mesmo objeto por duas vezes”, enquanto o autuante diz que “com relação à infração 2, o contribuinte estornou um débito que sequer foi gerado, uma vez que nas notas fiscais de saída de nº 7.934 e 7.935, não foi destacado o ICMS” (fl. 06 do PAF).*

*Deve-se registrar aqui, que imposto devido pela saída para demonstração, sem o destaque de ICMS foi efetivamente pago em junho do mesmo ano, relativamente às notas fiscais emitidas em fevereiro, conforme consta no campo de informações dos DAE. Resta então, avaliar a justificativa quanto ao valor correspondente ao pagamento do ICMS efetuado em junho, se pode ser efetivamente lançado a crédito neste mês, como fez o impugnante.*

*Foi pedido na diligência, que o autuante solicitasse comprovação junto ao impugnante, de que além de haver pago o imposto nas notas em que não houve destaque do ICMS, que também foi pago o ICMS devido nas notas fiscais em que foi destacado o imposto, conforme cópias anexadas ao processo. O autuante informou que não foi comprovado o pagamento em duplicidade do tributo nas operações em lide, para que fizesse jus ao crédito.*

*Devo admitir, que o pedido de diligência no pedido de apuração dos fatos desta infração, apresenta uma impropriedade. Em verdade, não se faz necessário a comprovação específica do pagamento do ICMS decorrente das emissões das notas fiscais em junho de 2010, as de nºs 9.987 e 9.988, visto que o débito de imposto lançado nestas notas fiscais, integra o montante lançado a débito dentro do mês de apuração, e obviamente, repercute no valor apurado para pagamento do ICMS normal devido neste mês, não havendo porque exigir comprovação de pagamento em separado do ICMS devido. O simples lançamento a débito na escrita fiscal, já impõe a obrigação de pagar o imposto devido, no montante apurado mensalmente.*

*No entanto, ao emitir novamente as notas fiscais de saída, com destaque de imposto, e feito o lançamento a débito na escrituração, o impugnante tem direito ao estorno de débito referente a estas notas fiscais, visto que o imposto destas mesmas operações foi pago em separado, com os devidos acréscimos moratórios, referente às notas emitidas sem o destaque de ICMS no mês de fevereiro, pelas mesmas mercadorias, conforme descrição com os números de série das máquinas.*

*Não o fazendo, haveria mesmo um débito de ICMS em duplicidade, já que com as notas emitidas pelas saídas simbólicas das mercadorias no mês de junho, foi debitado na conta-corrente do ICMS uma quantia, que em verdade se referia a uma operação anterior, já efetivada, sem destaque do imposto, mas que já estavam pagas, conforme comprovação dos documentos de pagamento.*

*Não fazer o estorno, implicaria que, em junho de 2010, resultaria um saldo a maior de ICMS a pagar, em quantia exata ao valor que já havia sido pago, pelas mesmas operações, quando da saída para demonstração em fevereiro do mesmo ano. Infração 2 improcedente.*

*Na infração 3, cujo demonstrativo está à fl. 08, o autuante faz com relação ao mês de outubro de 2011, um demonstrativo de um débito de R\$232.812,56, diante de um crédito de R\$191.019,49 por conta de antecipação parcial, e um outro crédito de R\$9.853,45 por ICMS pago a maior no mês anterior (esta diferença reside no pagamento de ICMS em setembro do mesmo ano, de R\$88.324,83, ante um valor efetivamente devido de R\$78.471,38), o que resultou numa diferença de R\$31.939,62 de imposto a pagar, sob a justificativa de que corresponde a uma diferença de crédito indevido, por falta de comprovação.*

*A defesa sustenta que tal crédito decorre da Nota Fiscal nº 10.719, de 15/07/2011, de remessa para demonstração na filial de Aracaju, (fl.102), com destaque de ICMS no exato valor correspondente ao lançamento, cuja devolução ocorreu pelo Nota Fiscal nº 015, de 25/08/2011, à fl. 101, como retorno de demonstração, ambas da escavadeira hidráulica, modelo JS200 LC, e com mesmo valor de ICMS destacado, e que não utilizou-se tempestivamente deste crédito no mês de retorno (agosto), só vindo a lançá-lo na escrituração fiscal em outubro.*

*No pedido de diligência, foi pedido ao autuante que analisasse se o crédito não teria sido utilizado tempestivamente (mês de agosto), de forma a caracterizar duplicidade pelo lançamento do mesmo crédito, também no mês de outubro.*

*O autuante responde que conferiu o livro de entrada e ficou evidenciado que o contribuinte lançou o crédito em agosto, mesmo mês da emissão da nota de devolução, sem contudo apresentar prova do lançamento (cópia da folha correspondente no livro registro de entrada). No entanto, o impugnante teve acesso à diligência, e em sua manifestação, e não contestou tal informação do autuante, e sendo tal prova disponível no livro registro de entrada do impugnante, considero como verdadeira tal informação, nos termos do art. 140 do RPAF.*

*Na manifestação, o impugnante não refuta a duplicidade do lançamento, feita em agosto e em outubro, mas aponta então, um erro material cometido pelo autuante em seu demonstrativo de fl.8, pois teria utilizado do valor de R\$78.471,38 de imposto a recolher na DMA de setembro de 2011(fl.152), dado que com a retificação da DMA, o valor correto foi de R\$46.338,23, conforme cópia à fl. 164. Que tendo pago o valor total de R\$88.324,83, conforme DAE fls.169/70, referente ao mês de setembro, resulta em pagamento a maior de R\$41.986,60 e não de R\$9.853,45, fato que anula o crédito indevido apontado à fl. 101.*

*De fato, à fl. 164, a DMA aponta um saldo devedor de R\$46.338,23 e os DAE de fl. 169/70 acusam pagamento do ICMS normal em valor superior, na exata quantia apontada pelo impugnante, de R\$41.986,60, o que supera o crédito indevido registrado em outubro.*

*Neste caso, em situação semelhante à infração 1, o impugnante confessa a prática da infração, quando diz que em 25/08/2011 recebeu a Nota Fiscal nº 0015 (anexo doc. 3.1) com destaque do imposto, mas “que este crédito não foi utilizado de imediato em virtude de falha na comunicação interna da impugnante, sendo que esta só fez uso do seu direito de crédito no mês 10/2011”.*

*Já na manifestação sobre o pedido de diligência, o impugnante não contesta o lançamento a crédito da citada nota, que o autuante diz ter sido feito tempestivamente em agosto, e assim, reconhece a duplicidade do lançamento do crédito, mas justifica a inexistência de descumprimento da obrigação principal, por conta de retificações feitas na DMA de setembro, que aumentou o valor do ICMS pago a maior indevidamente, cuja diferença foi lançada a crédito em outubro.*

*Neste caso, não cabe no âmbito deste PAF, analisar se estão corretas as alterações feitas nas DMA, pois se trata de procedimento a ser executado em eventual fiscalização para conferência do estorno de crédito indevido, ainda que sem consequência imediata na repercussão do saldo de imposto a pagar, e assim, acolho as provas apresentadas quanto à inexistência de prejuízos ao erário por conta do lançamento indevido do crédito em outubro de 2011.*

*No entanto, entendo que neste caso, é cabível a conversão da infração à multa prevista no art. 42, VII, da Lei nº 7. 014/96, já dissecada na infração 1, visto neste caso, não ficar evidenciado a ausência de dolo, nem de prejuízos ao erário nos meses subsequentes, converto esta infração, nos termos do art. 157 do RPAF, em multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$19.163,77. Infração 3 procedente em parte.*

*Quanto ao pedido na impugnação, para entrega de notificações nos endereços citados, nos termos do art. 109, I, do RPAF, considera-se efetivada a intimação quando pessoal, na data da aposição da ciência do sujeito passivo ou do interessado, seu representante ou preposto, no instrumento ou expediente; no entanto, nada impede que a administração atenda ao pleito do contribuinte, na medida do possível.*

*Por fim, sinalizo para a administração fazendária, que sejam adotadas as providências no sentido de renovar a ação fiscal para verificação das alterações procedidas na DMA de setembro de 2011, se estão corretamente baseadas nos documentos e livros fiscais, e inclusive, quanto ao estorno do crédito indevido, apontado pelo autuante na infração 3, e a sua nos meses subsequentes.*

*Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme demonstrativo abaixo:*

INF.	RESULTADO	VLR. HISTÓRICO	VLR. JULGADO	MULTA
------	-----------	----------------	--------------	-------

01	IMPROCEDENTE	198.157,71	0,00	-----
02	IMPROCEDENTE	44.538,88	0,00	-----
03	PROCEDENTE EM PARTE	31.939,62	19.163,77	-----
<b>TOTAL</b>		<b>274.636,21</b>	<b>19.163,77</b>	

MULTA PERCENTUAL DE 60% SOBRE O IMPOSTO (CRÉDITO INDEVIDO) - CÓDIGO: 01.02.89

Em atendimento ao disposto no artigo 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, a Junta de Julgamento Fiscal recorreu de ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal.

## VOTO

O Recurso de Ofício foi interposto em face do julgamento em primeira instância, pela improcedência das infrações 1 e 2 e pela procedência em parte da infração 3.

Na infração 1 o contribuinte foi acusado de ter utilizado valor de crédito fiscal a maior do que foi recolhido por antecipação parcial, porém foi trazida, aos autos, a prova de que:

1. efetivamente o autuado possuía o direito ao uso do crédito, embora tenha reconhecido que o valor foi escriturado antecipadamente (em fevereiro de 2010, quando deveria ter sido lançado em março de 2010);
2. não houve prejuízo para o Estado, haja vista que, no mês em que foi efetuado o creditamento (fevereiro de 2010), havia saldo credor de ICMS em seu livro Registro de Apuração, não implicando redução do valor do imposto a recolher.

Pelo exposto, considero correta a Decisão recorrida, pela insubsistência da primeira infração, pelo fato de não se tratar de crédito indevido, mas de crédito antecipado que, inclusive, não implicou prejuízo aos cofres estaduais.

Na infração 2 o ICMS foi exigido sob a acusação de que o recorrido efetuou estorno de débito em desacordo com a legislação.

Não merece reparos a Decisão recorrida, considerando que a improcedência da autuação foi declarada pelo fato de ter ficado comprovado que o contribuinte escriturou em duplicidade o débito relativo a saídas definitivas de retroescavadeiras, as quais foram inicialmente enviadas para demonstração em outra unidade da Federação. Sendo assim, não houve prejuízo para a Fazenda Estadual.

Na infração 3 o ICMS foi lançado por utilização indevida por falta de apresentação do documento comprobatório do direito ao referido crédito.

A Junta de Julgamento Fiscal decidiu que não cabia a cobrança de ICMS, pois restou demonstrado que não houve prejuízo aos cofres estaduais, em razão de retificação feita pelo contribuinte em suas DMAS, “*que aumentou o valor do ICMS pago a maior indevidamente, cuja diferença foi lançada a crédito em outubro*”.

Não obstante isso, o órgão julgador deliberou por aplicar a penalidade de 60%, prevista no artigo 42, inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, adotando a seguinte fundamentação: “*No entanto, entendo que neste caso, é cabível a conversão da infração à multa prevista no art. 42, VII, da Lei nº 7.014/96, já dissecada na infração 1, visto neste caso, não ficar evidenciado a ausência de dolo, nem de prejuízos ao erário nos meses subseqüentes, converto esta infração, nos termos do art. 157 do RPAF, em multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$19.163,77*”.

Embora não tenha havido a interposição de Recurso Voluntário, considero que deve ser alterada, de ofício, a Decisão recorrida quanto à aplicação de penalidade, tendo em vista que se trata de matéria de direito público que deve ser apreciada pelo órgão julgador administrativo.

A esse respeito, a alínea “a” do inciso VII da Lei nº 7.014/96 estabelece o seguinte:

**Art. 42.** Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

(...)

**VII** - 60% (sessenta por cento) do valor do crédito fiscal, que não importe em descumprimento de obrigação principal, sem prejuízo da exigência do estorno:

*a) quando da utilização indevida de crédito fiscal;*

Ocorre que o próprio contribuinte, antes mesmo do início da ação fiscal, que ocorreu em 02/05/13, retificou sua escrituração para anular o crédito que havia sido feito em duplicidade, fato reconhecido pela própria Junta de Julgamento Fiscal. Assim, no momento em que se iniciou o procedimento de fiscalização já não mais havia a utilização indevida de crédito fiscal anulada que foi pelo recolhimento a maior do ICMS devido, sendo, portanto, insubsistente a multa de 60%.

Não obstante isso, verifico, pelos documentos juntados às fls. 218 e 219, que o recorrido, em 23/09/14, reconheceu e quitou o débito remanescente na Decisão de primeiro grau, não havendo como ser apreciado o Recurso de Ofício concernente à terceira infração.

Ocorre, todavia, que o contribuinte, além da penalidade aplicada pela Junta de Julgamento Fiscal, no valor de R\$19.163,77, adicionada dos acréscimos moratórios legalmente previstos, recolheu indevidamente a importância de R\$7.473,87, a título de multa incidente sobre a outra penalidade, procedimento que não encontra respaldo na legislação em vigor. Dessa forma, pode o recorrido, se assim o desejar, requerer, junto à repartição competente, a restituição do valor do indébito (R\$7.473,87).

Por tudo quanto foi exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado para homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **233099.2010/13-8** lavrado contra **TRATORMASTER TRATORES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**, no valor de **R\$19.163,77**, correspondente à multa de 60%, prevista no art. 42, § 1º, c/c o II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser cientificado o recorrente desta Decisão e determinado à repartição competente a homologação dos valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2014.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS